



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Educação*

# ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP

ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO

## INTRODUÇÃO AO CURSO TÉCNICO E ÉTICA PROFISSIONAL





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Educação*

GOVERNADOR  
**Camilo Santana**

VICE-GOVERNADORA  
**Maria Izolda Cella de Arruda Coelho**

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO  
**Rogers Vasconcelos Mendes**

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA EDUCAÇÃO  
**Rita de Cássia Tavares Colares**

ASSESSORIA INSTITUCIONAL  
**Danielle Taumaturgo**

COORDENADORIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
**Jussara de Luna Batista**





GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Educação*

# *Introdução ao Curso e Ética Profissional*

=====

*Apostila destinada ao Curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio das Escolas Estaduais  
de Educação Profissional – EEEP*

*Material organizado pelo professor Leonardo Lopes Rufino*

2018

=====

## Conteúdo

1. Histórico do Agronegócio no Brasil e no mundo;.....	4
EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....	4
Agronegócio .....	4
Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro.....	5
Perspectivas Para o Agronegócio Brasileiro.....	6
Importância Econômico-Social do Agronegócio Brasileiro.....	7
Desafios do Agronegócio no Brasil.....	8
Considerações Finais.....	10
a) Atualidades.....	11
Exportações do agronegócio crescem 4,1% até março de 2018 .....	11
3. Ética na área do agronegócio.....	14
a) Valores, direitos e obrigações.....	14
O que são Valores.....	14
Valores de uma empresa.....	14
Filosofia dos valores.....	14
b) O que é ética?.....	17
C) Aplicando a ética no dia-a-dia profissional.....	18
Retrospectiva.....	18
4. Sindicatos e órgãos regulamentadores.....	20
a) diferenças entre conselho, associação e sindicato:.....	20
b) Sindicalização, por que e para que?.....	20
c) Contribuição sindical.....	21
c) Direitos e obrigações.....	21
Alguns direitos constitucionais do trabalhador.....	22
d) Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRT,.....	23
e) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;.....	23
I - Plenário.....	23
II - Câmaras especializadas.....	23
III - Presidência.....	23
IV - Diretoria.....	24
V - Inspetorias regionais.....	24

---

VI - Comissões.....	24
f) Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.....	24
5. Perspectivas da profissão.....	29
O que esperar da profissão de tecnólogo em agronegócio?.....	29
Mercado profissional e profissionalização .....	29
b) Perspectivas mercadológicas.....	30
Desafios do setor.....	30
c) O Cenário do quadro nacional.....	30
A Distribuição de Insumos no Brasil.....	31

## **1. Histórico do Agronegócio no Brasil e no mundo;**

### **EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

O cenário atual aponta que o Brasil será o maior país agrícola do mundo em dez anos. O agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. (BORGES, 2007). Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. (MAPA, 2005).

O Brasil situa-se, no contexto mundial atual, como celeiro mundial em termos de agronegócio. Segundo Rodrigues (2006), o país possui 22% das terras agricultáveis do mundo, além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional. Todo esse cenário brasileiro atual do agronegócio enquadra-se em uma evolução que remonta ao século XVI. Com isso, faz-se mister ressaltar seus antecedentes históricos até o cenário atual. O artigo tem como objetivo geral identificar o cenário atual do agronegócio brasileiro, por meio de uma pesquisa bibliográfica, e como objetivos específicos mostrar a sua evolução, suas restrições e desafios.

#### **Agronegócio**

Agronegócio também chamado de agribusiness, segundo Batalha (2002), é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Costuma-se dividir o estudo do agronegócio em três partes. A primeira parte trata dos negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

Na segunda parte, os negócios à montante (ou "da pré-porteira") aos da agropecuária, representados pelas indústrias e comércios que fornecem insumos para a produção rural. Por exemplo, os fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos, etc. E, na terceira parte, estão os negócios à jusante dos negócios agropecuários, ou de "pós-porteira", onde estão a compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários, até chegar ao consumidor final. Enquadram-se nesta definição os frigoríficos, as indústrias têxteis e calçadistas, empacotadores, supermercados e distribuidores de alimentos.

A definição correta de agronegócio é muito mais antiga do que se imagina e incorpora qualquer tipo de empresa rural. Em 1957, dois pesquisadores americanos reconheceram que não seria mais adequado



analisar a economia nos moldes tradicionais, com setores isolados que fabricavam insumos, processavam os produtos e os comercializavam. (JUNIOR PADILHA, 2004).

Já para Callado (2006), o agronegócio é um conjunto de empresas que produzem insumos agrícolas, as propriedades rurais, as empresas de processamento e toda a distribuição. No Brasil o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio ou na criação de rebanhos e em grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos.

O termo inclui todos os setores relacionados às plantações e às criações de animais, como comércio de sementes e de máquinas e equipamentos, as indústrias agrícolas, os abatedouros, o transporte da produção e as atividades voltadas à distribuição. Este tipo de produção agrícola também é chamada de agribusiness ou agrobusiness. ( WIKIPÉDIA, 2009).

O conceito de agronegócio implica na idéia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. A agricultura moderna, mesmo a familiar, extrapolou os limites físicos da propriedade. Depende cada vez mais de insumos adquiridos fora da fazenda e sua decisão de o que, quanto e de que como produzir, está fortemente relacionada ao mercado consumidor. Há diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços.

Davis e Goldberg (1957) definem, o agronegócio como sendo 'a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles'. Este conceito procura abarcar todos os vínculos intersetoriais do setor agrícola, deslocando o centro de análise de dentro para fora da fazenda, substituindo a análise parcial dos estudos sobre economia agrícola pela análise sistêmica da agricultura.

No Brasil, essa abordagem sistêmica foi utilizada explicitamente por Araújo, Wedekin e Pinazza (1990), com a finalidade de levantar as dimensões básicas do agribusiness brasileiro. Estes autores concluíram que o agribusiness brasileiro representava 46% dos gastos relativos ao consumo das famílias, o que correspondia ao equivalente a 32% do PIB brasileiro em 1980. Assim, o Agronegócio é toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas.

### Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro

A história econômica brasileira, com suas implicações sociais, políticas e culturais, têm fortes raízes junto ao agronegócio. Foi à exploração de uma madeira, o pau Brasil, que deu nome definitivo ao nosso País. A ocupação do território brasileiro iniciada durante o século XVI e apoiada na doação de terras por intermédio de sesmarias, monocultura da cana-de-açúcar e no regime escravocrata foi responsável pela expansão do latifúndio. Antes da expansão deste sistema monocultor, já havia se instalado no país como primeira atividade econômica a extração do pau-brasil.

A extinção do pau-brasil coincidiu com o início da implantação da lavoura canavieira, que durante esse período serviu de base e sustentação para a economia. O processo de colonização e crescimento está

ligado a vários ciclos agroindustriais, como a cana-de-açúcar, com grande desenvolvimento no Nordeste; a borracha dá exuberância à região amazônica, transformando Manaus numa metrópole mundial, no início do século, logo depois o café torna-se a mais importante fonte de poupança interna e o principal financiador do processo de industrialização; mais recentemente, a soja ganha destaque como principal commodity brasileira de exportação, (RENAI, 2007).

Da poupança da agricultura, instalam-se agroindústrias, como a do vinho e dos móveis, da carne bovina, de suínos e aves. O progresso do Sul do Brasil também está ligado ao agronegócio. A pecuária domina os pampas; a exploração da madeira nas serras e a agricultura se desenvolvem com a participação das várias etnias que compõem o mosaico populacional da região.

Em síntese, fica evidente que, a partir da década de 1930, com maior intensidade na de 1960 até a de 1980, o produtor rural passou, gradativamente, a ser um especialista, envolvido quase exclusivamente com as operações de cultivo e criação de animais; por sua vez, as funções de armazenar, processar e distribuir produtos agropecuários, bem como as de suprir insumos e fatores de produção, foram transferidas para organizações produtivas e de serviços nacionais e/ou internacionais fora da fazenda, impulsionando, com isso, ainda mais a indústria de base agrícola. (VILARINHO, 2006).

O agronegócio brasileiro passou por um grande impulso entre as décadas de 1970 e 1990, com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, proporcionando o domínio de regiões antes consideradas “inóspitas” para a agropecuária. Isso fez surgir à oferta de um grande número de produtos. O país passou então a ser considerado como aquele que dominou a “agricultura tropical”, chamando a atenção de todos os nossos parceiros e competidores em nível mundial.

Atualmente, produtos oriundos do complexo de soja, carnes e derivados de animais, açúcar e álcool, madeira (papel, celulose e outros), café, chá, fumo, tabaco, algodão e fibras têxteis vegetais, frutas e derivados, hortaliças, cereais e derivados e a borracha natural são itens importantes da pauta de exportação brasileira (VILARINHO, 2006). A evolução da composição do Complexo do Agronegócio confirma que as cadeias do agronegócio adicionam valor às matérias-primas agrícolas onde o setor de armazenamento, processamento e distribuição final constituem o vetor de maior propulsão no valor da produção vendida ao consumidor, consolidado na forte rede de interligação entre a agricultura e a indústria.

### Perspectivas Para o Agronegócio Brasileiro

Para Contini (2001), as perspectivas são promissoras. O Brasil detém terras abundantes, planas e baratas, como são os cerrados com uma reserva de 80 milhões de hectares, dispõe de produtores rurais experientes e capazes de transformar essas potencialidades em produtos comercializáveis e detém um estoque de conhecimentos e tecnologias agropecuárias, transformadoras de recursos em produtos. Por qualquer ângulo que se analise o mercado, o tamanho que o Brasil adquiriu no campo do agronegócio é impressionante.

Por conta de condições extremamente favoráveis para a contínua expansão deste mercado, como farto espaço territorial, mão-de-obra acessível e diversas questões ligadas à conjuntura internacional, o país é visto por muitos especialistas como principal candidato ao posto de grande fornecedor alimentício global.

Até 2015, a participação nacional no mercado internacional de soja deve crescer dos atuais 36% para 46%. No caso do frango, o salto será de 58% para 66%. Nas áreas em que o país ainda tem uma fatia pequena do comércio mundial, as evoluções devem ser muito maiores. Na suinocultura, por exemplo, de acordo com previsões dos especialistas da área, o Brasil deve quadruplicar sua participação, conquistando metade do mercado internacional. "Num futuro próximo, a suinocultura será tão importante para a balança comercial do país quanto são hoje o frango e a carne bovina" (NETO, 2007 apud SEIBEL, 2007).

O agronegócio é o maior negócio mundial e brasileiro. No mundo, representa a geração de US\$ 6,5 trilhões/ano e, no Brasil, em torno de R\$ 350 bilhões, ou 26% do PIB (29%, segundo a Confederação Nacional da Agricultura - CNA). A maior parte deste montante refere-se a negócios fora das porteiras, abrangendo o suprimento de insumos, o beneficiamento/processamento das matérias-primas e a distribuição dos produtos. (STEFANELO, 2002). Estes são pontos que reforçam a importância do agronegócio no Brasil, além de sua grande competitividade, utilização de alta tecnologia e gerador de empregos e riquezas para o país.

#### Importância Econômico-Social do Agronegócio Brasileiro

O agronegócio é também importante na geração de renda e riqueza do País. No aspecto social, a agricultura é o setor econômico que ainda mais ocupa mão-de-obra, ao redor de 17 milhões de pessoas, que somados a 10 milhões dos demais componentes do agronegócio, representa 27 milhões de pessoas, no total. É o setor que ocupa mais mão-de-obra em relação ao valor de produção: para cada R\$ 1 milhão, o número de ocupados, em 1995, era de 182 para a agropecuária, 25 para a extração mineral, 38 para a construção civil. (CONTINI, 2001).

O agronegócio como um todo envolve mais de 1/3 do PIB brasileiro. Mesmo reconhecendo-se os benefícios da transformação de uma sociedade agrária para uma industrial-urbana, não se pode esquecer que esta tem capacidade limitada de absorver mão-de-obra. Principalmente em regiões menos desenvolvidas, os setores da agricultura, da agroindustrialização e de áreas correlatas serão importantes para o crescimento da renda e do emprego. (RENAI, 2007).

No contexto da recente crise cambial, o agronegócio tem sido um fator que minimizou os desequilíbrios das contas externas do Brasil. A agricultura contribuiu decisivamente para as exportações com saldo comercial setorial positivo da ordem de US\$ 40,18 bilhões de dólares em 2006 e de 49,7 bilhões em 2007. (Ver Tabela1).

Tabela 1 – Balança comercial do agronegócio brasileiro (US\$ bilhões)

Período	Exportações	Importações	Saldo
2000	US\$ 20.610	US\$ 5.799	US\$ 14.811
2001	US\$ 23.863	US\$ 4.847	US\$ 19.016
2002	US\$ 24.839	US\$ 4.492	US\$ 20.347
2003	US\$ 30.639	US\$ 4.791	US\$ 25.848
2004	US\$ 39.015	US\$ 4.881	US\$ 34.134
2005	US\$ 42.000	US\$ 5.000	US\$ 37.000
2006	US\$ 52.040	US\$ 11.86	US\$ 40.180
2007	US\$ 58.400	US\$ 8.700	US\$ 49.700
2008	US\$ 69.400	US\$ 11.200	US\$ 58.200

Fonte: Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009)

A Tabela mostra o superávit do agronegócio brasileiro, evidenciando que o setor tem participação importante para o equilíbrio de nossas contas. De acordo com os números, o crescimento do superávit do ano 2000 até 2007 foi de 235% no período, um crescimento espetacular do setor.

No entanto, já sentindo os efeitos da crise, a balança comercial do agronegócio teve uma queda de 0,53% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio no primeiro trimestre de 2009, de janeiro a maio deste ano, saldo acumulado é de US\$ 19,737 bilhões. Enquanto as exportações renderam US\$ 24,103 bilhões, as importações chegaram a US\$ 4,366 bilhões. Apesar do saldo, o resultado é 12,49% menor do que o registrado no mesmo período de 2008. (CNA, 2009).

Quando os efeitos da crise passar, as perspectivas acompanham as já anunciadas para o Brasil, de que o agronegócio pode sair dessa melhor do que entrou.

### Desafios do Agronegócio no Brasil

Segundo indicadores da (Unctad), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, o Brasil será o maior país agrícola do mundo em dez anos. Em 2006 as exportações cresceram 19,29% em relação a 2005, em termos de saldo, a ampliação em 2007 foi de cerca de US\$ 58,4 bilhões, um aumento de 10,8% acima dos US\$ 52,04 bilhões de 2006. O país é líder mundial de exportação de açúcar, café, suco de laranja e soja. Assumiu também a dianteira nos segmentos de carne bovina e frango, depois de ultrapassar tradicionais concorrentes, como Estados Unidos e Austrália. Essas boas posições devem consolidar-se ainda mais nos próximos anos. (BORGES, 2007).

Esse montante coloca o Brasil entre os líderes mundiais na produção de soja, milho, açúcar, café, carne bovina e de frango. Mas todos esses bons resultados, assim como as expectativas futuras, correm sérios riscos de sofrer um pesado revés se os problemas relacionados à infra-estrutura logística - o maior obstáculo para o desenvolvimento do agronegócio do Brasil, não forem solucionados. Um dos grandes entraves é a infra-estrutura, em particular a precariedade da malha rodoviária do país.

De acordo com uma das pesquisas mais recentes sobre o assunto, elaborada pela CNT Confederação Nacional do Transporte (2007), dos 84.832 quilômetros avaliados, 37% encontram - se em estado péssimo de conservação e outros 32% possuem alguma deficiência. Em razão desse tipo de problema, regiões com potencial no agronegócio, como o Nordeste, ainda não conseguiram deslanchar. O agronegócio é justamente o que mais sofre com a ineficiência dos canais de transporte, cujas deficiências são responsáveis por prejuízo correspondente a 16% do PIB, segundo estudo do Centro de Estudos de Logística da Universidade do Rio de Janeiro.

O gargalo logístico envolve praticamente toda a infra-estrutura de transporte do país. As ferrovias, embora tenham recebido investimentos com a privatização, ainda estão longe de suprir a demanda do setor de agronegócio e se consolidar como uma alternativa viável ao transporte rodoviário. Além da ampliação da malha de 30 mil quilômetros de extensão (praticamente igual a do Japão, país 22 vezes menor que o Brasil) é urgente a modernização do maquinário. Com os trens e bitolas atuais, a velocidade média das composições não ultrapassa lentos 25 km/h. (BORGES, 2007).

Ainda de acordo com a mesma fonte, Ao mesmo tempo, deixamos de fazer uso de canais de transporte de grande potencial, caso dos 42 mil quilômetros de hidrovias, em que apenas 10 mil quilômetros são efetivamente utilizados. Como resultado, sistemas como o do Tietê-Paraná, com 2,4 mil quilômetros e que consumiu US\$ 2 bilhões em investimentos públicos em vários governos, escoia apenas 2 milhões de toneladas de carga/ano, apenas 10% de sua capacidade total.

No transporte marítimo de cabotagem (outro canal com grande potencial no Brasil) assistimos a uma situação semelhante. Embora a privatização tenha contribuído para a modernização dos portos, o excesso de mão-de-obra (que chega a ser de três a nove vezes superiores aos portos europeus e sul-americanos) ainda mantém os padrões de produtividade baixos. Enquanto o índice internacional de movimentação é de 40 contêineres/hora, nos portos brasileiros essa média é de 27. É um dos motivos pelos quais todos os anos caminhões formam filas de até 150 quilômetros de extensão para descarregar suas cargas no porto de Paranaguá (PR).

Consciente de que sozinho não conseguirá reverter esse quadro, o governo federal já busca o apoio da iniciativa privada. Por meio do plano de Parceria Público-Privada, que pretende investir R\$ 13,68 bilhões em 23 projetos de reformas em rodovias, ferrovias, portos e canais de irrigação nos próximos anos. Na certeza que só as Parcerias Público-Privada, não será suficiente para dotar o país de bom infra-estrutura, o Governo Federal criou o (PAC) Programa de Aceleração do Crescimento lançado no começo de 2007, foi concebido para eliminar esse descompasso e afastar o risco de gargalos nos próximos anos. (PAC, 2009).

O objetivo do programa é aumentar o investimento em infra-estrutura para: eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais. Os investimentos em Infra-Estrutura logística do PAC previstos até 2010 são de R\$ 58 bilhões de reais.

É preciso destacar também que, além dos recursos, a iniciativa privada ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento da infra-estrutura do país, incentivando a criação de pólos intermodais de

transporte (integração entre os sistemas rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo) para redução de custos e aumento do nível de serviços.

Um exemplo do potencial desses pólos é representado por um estudo do Geipot (Empresa Brasileira de Planejamento em Transportes, ligada ao Ministério dos Transportes). Já em 2000, a empresa alertava que o melhor aproveitamento e a utilização racional dos canais de transporte seria capaz de economizar em cerca de US\$ 75 milhões os custos anuais de escoamento de grãos. Para ilustrar o que estamos falando, basta destacar que um único comboio na hidrovia Rio Madeira tem capacidade para 18 mil toneladas de grãos, substituindo 600 carretas de 30 toneladas nos eixos Cuiabá (MT) / Santos (SP) e Cuiabá (MT) /Paranaguá (PR). Essa redução dos custos de transporte contribuiria diretamente para reduzir os custos de nossos produtos, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. Isso sem falar da economia de combustível e de fretes, na redução do tráfego e desgaste das rodovias.

Outro obstáculo sério ao desenvolvimento pleno do agronegócio está relacionado ao sistema tributário. Com uma economia aberta ao exterior, isto é com possibilidade de exportar e importar qualquer produto do agronegócio, a carga tributária deve ser compatível com a dos nossos competidores. Como nossos concorrentes, inclusive no Mercosul, têm impostos baixos, fica difícil ao produtor brasileiro competir nos mercados externos; vezes há que perde o próprio mercado interno porque os produtos importados chegam mais baratos.

Não há como o produtor rural e a agroindústria serem competitivos com governos vorazes em criar novos impostos, aumentar os atuais e com mecanismos complexos de arrecadação, o que aumenta os custos de produção. A reforma tributária é urgente, com diminuição da carga e simplificação dos procedimentos na tributação. Além das medidas de controle sanitário que também estão na relação de assuntos importantes que vêm sendo negligenciados pelo governo.

O potencial de prejuízos que isso pode acarretar aos produtores já foi demonstrado nos últimos anos. Por causa do surgimento de focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e no Paraná, segundo Seibel (2007) mais de 50 países impuseram embargo à carne bovina desses estados, que estão entre os maiores produtores nacionais. Além do embargo à carne bovina, o agronegócio brasileiro sofreu com o surto de gripe aviária, que prejudicou as exportações mesmo de países que não registraram casos da doença (como o Brasil).

Como se vê, os obstáculos para o crescimento do agronegócio brasileiro são imensos, mas as soluções também existem e precisam ser colocadas em prática. O que esperamos, é que tanto o governo nas esferas federal, estadual e municipal, quanto a iniciativa privada, mantenham a sua determinação em modernizar a infra-estrutura brasileira, e resolva os problemas domésticos para que o país se torne a potência do agronegócio do futuro.

### Considerações Finais

Como se observa, é indiscutível a importância do agronegócio à nossa economia. O agronegócio se tornou o setor chave para que o Brasil se inclua no comércio mundial. Apesar das grandes vantagens encontradas no agronegócio brasileiro e das suas boas perspectivas futuras, o mesmo encontra muitos

problemas e desafios a serem superados que dependem, essencialmente, de investimentos tanto públicos como privados, bem como de mudanças nas políticas econômicas internas.

Como se vê, os obstáculos para o crescimento do agronegócio brasileiro são imensos, mas podem ser superados. Muito embora o potencial de comércio do agronegócio brasileiro seja muito grande, poderia ser ainda maior se houvesse políticas sérias agrárias e de infra-estrutura. Mesmo assim, o SAI brasileiro ocupa lugar de destaque entre os países produtores de alimento no mundo.

Cabe ainda lembrar que para o Brasil se tornar a grande potência mundial do agronegócio, o país precisa resolver problemas estruturais, pois somos competitivos em algumas cadeias produtivas e em outras não. Além do mais, as políticas econômicas impedem que o rendimento seja maior e os problemas de logística geram custos elevados.

Contudo, o agronegócio brasileiro é persistente e, apesar desses obstáculos, cresce sua participação no mercado internacional. Isto implica dizer que as nossas vantagens como terras abundantes, potencial de produção, climas favoráveis, imensa disponibilidade de água doce e energia renovável e sua capacidade empresarial, estrategicamente suplanta qualquer problema, fazendo do agronegócio o nosso maior negócio.

Logo, se faz necessário a criação de políticas públicas urgentes voltadas à infra-estrutura do país, através, por exemplo, do PPP, que discute com a iniciativa privada a reconstrução da malha logística do Brasil em todos os segmentos modais.

Cabe, ainda, ao Estado brasileiro promover a modernização de máquinas e equipamentos que dá suporte ao desenvolvimento da boa performance do campo. Se faz necessário ainda, a articulação, incremental e aplicação de políticas mais flexíveis e ágeis de crédito ao setor agrário. Os juros bem como as altas taxas de importação de aparatos agrícolas vêm, ao longo dos anos, restringindo a inserção de novas tecnologias e/ou tecnologias de ponta à agricultura de determinadas regiões, como o NE brasileiro.

Alardear o potencial do agronegócio brasileiro é o que tem sido feito pelo poder público, entretanto, buscar soluções práticas e definitivas, que dê sustentabilidade continuada ao setor, contingencialmente não tem passado de engodo da velha política brasileira. Nas contingências atuais, já passou da fase de discussão, deve-se calcar na viabilidade produtiva, nas diretrizes corretas fomentadas pelo Estado e na vertiginosa capacidade privada de produzir de racionalizar e de fazer, de fato, com que os investimentos se tornarem lucros financeiros e socialmente.

## ▣) Atualidades

Exportações do agronegócio crescem 4,1% até março de 2018

As exportações do agronegócio brasileiro somaram US\$ 9,08 bilhões em março, um crescimento de 4,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior (quando as vendas chegaram a US\$ 8,73 bilhões). Os dados foram divulgados pelo Ministério da Agricultura nesta segunda-feira.

Já as importações, registraram valor de US\$ 1,29 bilhão, o que representa queda de 6,9% na comparação com março de 2017. Por causa disso, o saldo da balança comercial do último mês (exportações menos importações) foi de US\$ 7,79 bilhões. Os produtos do agronegócio representaram 45,2% do total das vendas externas brasileiras no período, com aumento de quase dois pontos percentuais de participação comparado a março do ano passado.

No período de avaliação, as exportações foram puxadas principalmente por produtos de origem vegetal, como é o caso da celulose, com 75,4% de incremento (vendas de US\$ 765 milhões), e as carnes, que somaram US\$ 592 milhões em vendas, um aumento de 22,1% na comparação com março do ano passado. Também contribuíram para esse crescimento as vendas de produtos como sucos (US\$ 107,51 milhões); cereais, farinhas e preparações (US\$ 93,55 milhões); fumo e seus produtos (US\$ 78,84 milhões) e fibras e produtos têxteis (US\$ 27,97 milhões).

Em termos de valor exportado, o complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleo em soja) representou 44,3% do total de vendas (US\$ 4,03 bilhões), enquanto carnes (in natura e industrializada) e produtos florestais (papel, celulose e madeira) responderam, respectivamente, por 14,8% (US\$ 1,34 bilhão) e 13,9% (US\$ 1,2 bilhão). O complexo sucroalcooleiro (açúcar e álcool) somou 7% do total em vendas (US\$ 636 milhões), seguido do café, com 4,5% (US\$ 349 milhões) do montante. Os cinco setores representam 84,4% das exportações totais do agronegócio. O restante inclui itens como fumo, couro, frutas, cereais e farinhas, pescado e lácteos.

### **Importações**

As importações de produtos do agronegócio sofreram queda de US\$ 96,09 milhões em março deste ano na comparação com março de 2017. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil foram: pescados (US\$ 142,72 milhões); álcool etílico (US\$ 135,19 milhões); trigo (US\$ 87,73 milhões); papel (US\$ 78,73 milhões) e vestuário e produtos têxteis de algodão (US\$ 58,35 milhões). Além dos pescados e do trigo, outros produtos que tiveram as maiores reduções em importações foram arroz (-US\$ 30,93 milhões); lácteos (-US\$ 22,53 milhões) e malte (-US\$ 15,24 milhões).

A Ásia se manteve como principal região de destino das exportações do agronegócio, somando US\$ 4,65 bilhões. A União Europeia ocupou a segunda posição no ranking de blocos econômicos e regiões geográficas de destino das vendas externas do agronegócio brasileiro no mês. Houve crescimento de 22,9% nas vendas ao mercado, decorrentes, principalmente, do aumento das exportações de celulose (162,6%); soja em grãos (59,7%); sucos de laranja (38,8%); fumo não manufaturado (120,2%) e farelo de soja (12,9%).

## **2. A profissão de técnico em agronegócio**

O principal desafio do Técnico em Agronegócio é aumentar a eficiência do mercado agrícola e industrial. Por meio de técnicas de gestão e de comercialização, este profissional atua na execução de procedimentos para planejar e auxiliar na organização e controle das atividades de gestão do negócio rural.

Diferente do técnico agrícola, que trabalha focado na produção, o técnico em agronegócio é voltado à gestão das empresas agrícolas. Mas, sua atuação não se limita aos processos internos de uma fazenda, pode trabalhar em:

- ❖ Empresas comerciais,



- ❖ Estabelecimentos agroindustriais,
- ❖ Serviços de assistência técnica,
- ❖ Extensão rural e pesquisa,
- ❖ Revendas, consultorias e em
- ❖ Empresas de fomento.

Além de identificar os segmentos das cadeias produtivas do setor agropecuários e avaliar os custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços, esse especialista pode idealizar ações de marketing aplicadas ao agronegócio.

Este profissional também é responsável por executar ações sociais e ambientais visando à sustentabilidade dos negócios rurais.

O Técnico em Agronegócio é um agente de transformação que atua como parceiro do produtor rural, utilizando técnicas inovadoras e sustentáveis, na conquista pela produtividade e lucratividade, com visão empreendedora para a melhoria da qualidade de vida do meio rural.

#### **a) Regulamentação**

O curso tecnológico em Agronegócios atende a proposta pedagógica estabelecida na Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento e Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

#### **b) Perfil do trabalhador**

Segundo o guia do estudante da editora Abril o profissional de Agronegócio lida com aspectos administrativos, financeiros, econômicos e sociais envolvidos nos negócios do campo

O profissional trabalha para tornar as criações e as lavouras um negócio econômico, social e ambientalmente sustentável. Cabe a ele, por exemplo, avaliar e gerenciar a viabilidade de alimentar os rebanhos com os recursos regionais, como cactos no Nordeste ou resíduos da produção de cana-de-açúcar no Sudeste. Pode ainda atuar na **gestão pública** implementando políticas de desenvolvimento agrícola e rural.

Sua responsabilidade se estende às atividades de logística e negociações com o **mercado nacional e internacional**. Dá para ingressar na carreira como tecnólogo e atuar num segmento específico da agropecuária, como cafeicultura, produção de grãos, horticultura e mecanização agrícola.

### c) Campo de atuação

**Administração rural:** coordenar, planejar e organizar propriedades rurais de pequeno, médio e grande portes, cuidando da gestão de pessoas, dos custos da produção e do contato com fornecedores e clientes.

**Consultoria:** prestar assessoria a órgãos públicos e privados na gestão do agronegócio, definindo estratégias de produção e estudos de aproveitamento do solo e dos alimentos.

**Controle de qualidade:** inspecionar e fiscalizar a qualidade da matéria-prima agrícola que sai das unidades produtivas e que serão usadas pela indústria de alimentos.

**Cultivo e produção:** cuidar de plantações e do manejo de animais em fazendas.

**Desenvolvimento de produtos:** desenvolver defensivos agrícolas, novas sementes, insumos e outros produtos que visem a otimizar a produção e diminuir custos.

**Planejamento de produção:** definir com o agrônomo os tipos e a forma de plantio da safra, os custos e o preço do produto.

**Políticas públicas:** criar, implementar e avaliar políticas públicas que visem ao desenvolvimento agrícola e rural de uma região.

**Vendas:** atuar em grandes indústrias vendendo equipamentos e insumos ao setor agropecuário.

## 3. Ética na área do agronegócio

### a) Valores, direitos e obrigações

O que são Valores

**Valores** são o **conjunto de características** de uma determinada pessoa ou organização, que determinam a forma como a pessoa ou organização se **comportam e interagem** com outros indivíduos e com o meio ambiente.

A palavra valor pode significar merecimento, talento, reputação, coragem e valentia. Assim, podemos afirmar que os valores humanos são valores morais que afetam a conduta das pessoas. Esses valores morais podem também ser considerados valores sociais e éticos, e constituem um conjunto de regras estabelecidas para uma convivência saudável dentro de uma sociedade.

Alguns autores afirmam que nos dias de hoje a maior crise que o ser humano pode enfrentar (e que estamos enfrentando) é uma crise de valores, pois essa crise vai afetar a humanidade, que passa a viver de forma mais egoísta, cruel e violenta. Assim, é necessário enfatizar a importância de bons exemplos na sociedade, pois a transmissão de importantes valores humanos consiste na base de um futuro mais pacífico e sustentável.

### Valores de uma empresa

Cada empresa tem uma motivação e uma identidade específica. Uma empresa se destaca das outras não só pela sua área de atuação mas também pelo claro desenvolvimento e divulgação da sua missão, visão e valores.

Assim, os valores de uma empresa consistem em comportamentos que determinam como ocorre a gestão de uma empresa. Uma empresa sustentável costuma estar alicerçada em valores como honestidade, responsabilidade social, integridade, inovação, sustentabilidade, transparência, inteligência, inspiração, flexibilidade, entre outros.

É muito importante que essas normas e princípios sejam passados dos superiores hierárquicos para outros trabalhadores da empresa, de modo a que possam juntos alcançar padrões mais elevados de sucesso. É por esse motivo que os valores éticos de uma empresa são uma parte crucial da sua cultura organizacional.

### Filosofia dos valores

A filosofia dos valores consiste em uma teoria dos valores desenvolvida, entre outros, por H. Lotze, F. Brentano, A. von Meinong e H. Rickert no final do século XIX e princípio do século XX.

Lotze procurou fundir o naturalismo positivista com o idealismo crítico mediante um novo conceito dos valores, cuja característica essencial é o valer (ser válido).

É importante distinguir entre as diferentes posições dentro da teoria geral dos valores: a teoria idealista, denominada também "teoria platônica do valor", que concebe os valores como entidades absolutas, independentes dos homens e da realidade; a teoria realista, para a qual os valores são características "do e no" real; a perspectiva relativista, que só conhece os valores na sua relação com o homem e os considera entidades correlativas de uma apreciação e de um juízo subjetivos.

Ética, moral e direito estão relacionados. Mas, antes de mais nada, é fundamental termos conhecimento do que representa cada termo.

A palavra moral deriva do latim *moris*, “relativo aos costumes”, significa o conjunto de regras que trata dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres do homem em sociedade perante os de sua classe. Moral é um ramo da ética e pode ser utilizada em dois sentidos diferentes: amplo e estrito. Numa definição ampla, ela abrange todas as ciências normativas do agir humano, a ética seria a palavra abrigada para essa concepção mais ampla. Numa acepção mais estrita, moral identifica-se como a disciplina dos atos humanos. É o conjunto de normas inspiradas, tendentes a formar o homem perfeito em si mesmo.

Além do sentido normativo, a palavra “moral” apresenta outras acepções no conjunto de valores sociais, cujo tem-se o conceito de bons costumes, qualidade de conduta, nesse sentido a palavra é empregada para contra distinguir uma relação de ordem física em face de uma relação de ordem moral; qualidade de uma pessoa, e que corresponde ao conceito aristotélico da virtude, isto é, uma prática que seria a forma mais plena da excelência moral, e por tal razão, não poderia existir em seres ainda em formação, como as crianças.

A moral é, portanto, um conjunto de normas de atos do homem na sociedade, é o modo como ele deve se comportar no cotidiano, é a moral de vida. Busca, acima de tudo, o próprio aperfeiçoamento.

O termo ética é de origem grega: *êthos* (que deriva de *éthos*). A princípio, o termo era utilizado para denominar o local de moradia, habitação e mais tarde, passou a se identificar com a atitude do homem

perante a sociedade. Segundo Aristóteles, a palavra passou a nominar o caráter de cada pessoa, seu modo derivado de vida social.

Pode-se conceituar ética, segundo Antonio de Moraes Silva, como parte da filosofia que se ocupa em conhecer o homem, com respeito à moral e costumes; que trata da natureza como ente livre, espiritual; da parte que o temperamento e as paixões podem ter na sua índole, e costumes; da sua imortalidade, bem-aventurança, e meios de a conseguir em geral; os antigos compreendiam nela a parte que tratados ofícios ou deveres. Outra conceituação é: estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto. (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda).

A ética parte de uma série de práticas morais, buscando determinar à essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes de justificação desses juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais, tendo ainda como função fundamental, explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando conceitos correspondentes.

Enquanto ordenação dos comportamentos em geral, a ética quando destinados a realização de um bem, pode ser vista, na lição de Miguel Reale, sob os prismas: do valor da subjetividade do autor da ação, em que a moral individual ou moral da pessoa que visa a plenitude da subjetividade do agente, para que este se realize como individualidade autônoma. Trata dos valores e normas de conduta que são exigidos para realizar sua personalidade; e do valor da coletividade em que o indivíduo atua quando a conduta é analisada em função do valor da coletividade, a ética assume duas expressões: a da moral social e a do Direito. A moral social cuida dos deveres indivíduo para com a coletividade, visa o bem enquanto social. O direito preocupa-se, de maneira direta, com o bem enquanto do todo coletivo, do bem comum.

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem normas de conduta, é preciso um mínimo ético, sem o mesmo ela se desagrega. A ética observa o comportamento humano e aponta seus erros e desvios, formula os princípios básicos a que deve subordinar-se a conduta do homem.

A ética, por representar o campo normativo, uma vez que demonstra uma obrigatoriedade de comportamento, determina o agir social, descreve como o homem deve se comportar. Por ser possível a violação desta norma, toda norma ética expressa um juízo de valor e é ligada à uma sanção. Inserido na norma ética, existem as religiosas, morais, de trato social, e jurídica.

Assim sendo, a ética refere-se à reflexão sobre a vida moral, é como uma moral teórica, pensada. É construída com base nos valores históricos e culturais, estuda os valores e princípios morais de uma sociedade.

Apesar dos termos ética e moral terem a mesma origem “relativo a bons costumes”, possuem significados diferentes. A ética é uma reflexão filosófica sobre a moral. A moral representa os costumes, os hábitos, os comportamentos dos seres humanos, as regras de comportamento adaptadas pelas comunidades.

A palavra direito vem do latim *directus* e tem diversos significados. No aspecto jurídico, direito é o sistema de normas de conduta imposto por um conjunto de instituições para regular as relações sociais. Segundo a teoria dos círculos secantes, exposta pelo antigo professor suíço Claude Du pasquier consiste em dizer que direito e moral possuem um campo de competência comum e, ao

mesmo tempo, uma área particular, independente. Isto significa que há uma área comum de coexistência entre a moral e o direito, mas há diferenças notáveis que as distinguem, como o uso da força que na moral, não lhe é atribuída e no direito, absolutamente.

Na vida em sociedade, é necessária a formulação de regras de conduta obrigatórias que disciplinem a interação entre as pessoas, com o objetivo de alcançar o bem comum, a paz e a organização social. Estas regras são denominadas leis, que são realizadas com a idéia de bem e valor para a comunidade como um todo. O descumprimento destas leis resulta em uma sanção, imposta pela autoridade constituída pela sociedade, o Estado. O cumprimento obrigatório da sentença satisfaz ao mundo jurídico, porém não satisfaz à moral. Há então, a coercibilidade, que possibilita usar a força se necessário no direito, diferente da moral. Outra diferença entre direito e moral é a bilateralidade, isto é, a relação entre duas ou mais pessoas, pois o direito exige a existência de uma sociedade, busca pelo bem coletivo, já a moral busca o próprio aperfeiçoamento, é unilateral.

Tanto a moral, quanto o direito são imperativos, uma vez que são normas e traduz um comando.

O direito é heterônomo, pois se o indivíduo concorda ou não com a norma internamente, basta adequação exterior. A moral não é, porque necessita da adesão interna. Além destas diferenças, o direito é atributivo e a moral não. Atributividade é ter a possibilidade de exigir atributo de alguém.

O direito e a moral estão inseridos na ética, pois a ética é a concepção ampla, que abrange todas as ciências normativas do agir humano. Logo, estas ciências incluem a moral e o direito.

Segundo Adolfo Vasquez Sanches, o problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não-teórico ético. Isto quer dizer que definir o que é bom não é um problema cuja solução caiba ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do investigador da moral, do ético.

Bioética é uma ética aplicada, que visa desenvolver maneiras de solucionar conflitos e controvérsias morais implicados pelas práticas no segmento das ciências da vida e da saúde do ponto de vista de alguns valores. Distingue-se da ética teórica, mas se preocupa com conceitos e argumentos éticos. Tais conflitos surgem das interações humanas em sociedades que devem encontrar as soluções a seus conflitos de interesses e de valores sem poder recorrer, a princípios de autoridade transcendentais, mas pela negociação entre agentes morais que devem, por princípio, ser considerados cognitivamente e eticamente competentes.

Biodireito é o novo ramo do direito ainda recente na realidade jurídica brasileira que se associa à bioética, estudando as relações jurídicas entre o direito e os avanços tecnológicos conectados à medicina e à biotecnologia.

Deontologia significa regras, dever, obrigação. É então, etimologicamente, quase um sinônimo de moral ou ética. Porém, historicamente, a palavra foi ligada à experiência das profissões liberais tradicionais, como direito, medicina, enfermagem, entre outros. Indica assim, o conjunto de deveres ligados ao exercício de uma profissão.

Sendo assim, os profissionais do direito têm o compromisso de contribuir para a discussão dos assuntos relacionados à bioética e biogenética, lembrando que uma das razões da existência do direito é promover harmonia no convívio entre a ciência e a sociedade.

## b) O que é ética?

A palavra ética é de origem grega derivada de *ethos*, que diz respeito ao costume, aos hábitos dos homens. Teria sido traduzida em latim por *mos* ou *mores* (no plural), sendo essa a origem da palavra

moral. Uma das possíveis definições de ética seria a de que é uma parte da filosofia (e também pertinente às ciências sociais) que lida com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual.

O exercício de um pensamento crítico e reflexivo quanto aos valores e costumes vigentes tem início, na cultura ocidental, na Antiguidade Clássica com os primeiros grandes filósofos, a exemplo de Sócrates, Platão e Aristóteles. Questionadores que eram, propunham uma espécie de “estudo” sobre o que de fato poderia ser compreendido como valores universais a todos os homens, buscando dessa forma ser correto, virtuoso, ético. O pano de fundo ou o contexto histórico nos qual estavam inseridos tais filósofos era o de uma Grécia voltada para a preocupação com a pólis, com a política.

A ética seria uma reflexão acerca da influência que o código moral estabelecido exerce sobre a nossa subjetividade, e acerca de como lidamos com essas prescrições de conduta, se aceitamos de forma integral ou não esses valores normativos e, dessa forma, até que ponto nós damos o efetivo valor a tais valores.

Segundo alguns filósofos, nossas vontades e nossos desejos poderiam ser vistos como um barco à deriva, o qual flutuaria perdido no mar, o que sugere um caráter de inconstância. Essa mesma inconstância tornaria a vida social impossível se nós não tivéssemos alguns valores que permitissem nossa vida em comum, pois teríamos um verdadeiro caos. Logo, é necessário educar nossa vontade, recebendo uma educação (formação) racional, para que dessa forma possamos escolher de forma acertada entre o justo e o injusto, entre o certo e o errado.

Assim, a priori, podemos dizer que a ética se dá pela educação da vontade. Segundo Marilena Chauí em seu livro *Convite à Filosofia* (2008), a filosofia moral ou a disciplina denominada ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes. Isto é, nasce quando também se busca compreender o caráter de cada pessoa, isto é, o senso moral e consciência moral individuais. Segundo Chauí, podemos dizer que o Senso Moral é a maneira como avaliamos nossa situação e a dos outros segundo ideias como a de justiça, injustiça, bom e mau. Trata-se dos sentimentos morais. Já com relação à Consciência Moral, Chauí afirma que esta, por sua vez, não se trata apenas dos sentimentos morais, mas se refere também a avaliações de conduta que nos levam a tomar decisões por nós mesmos, a agir em conformidade com elas e a responder por elas perante os outros. Isso significa ser responsável pelas consequências de nossos atos.

Assim, tanto o senso moral como a consciência moral vão ajudar no processo de educação de nossa vontade. O senso moral e a consciência moral tem como pressuposto fundamental a ideia de um agente moral, o qual é assumido por cada um de nós. Enquanto agente moral, o indivíduo colocará em prática seu senso e consciência, pois são importantes para a vida em grupo entre vários outros agentes morais.

Logo, o agente moral deve colocar em prática sua autonomia enquanto indivíduo, pois aquele que possui uma postura de passividade apenas aceita influências de qualquer natureza. Assim, consciência e responsabilidade são condições indispensáveis à vida ética ou moralmente correta.

### **C) Aplicando a ética no dia-a-dia profissional**

A questão da ética profissional é fundamental para qualquer setor profissional, logo o agronegócio não fica de fora da sua importância, e para assegurar e incentivar tais atitudes éticas foi criado o Selo Agro+ Integridade que premiará conduta ética de empresas do agronegócio

### **Retrospectiva**

Mapa foi o primeiro a implementar programa alinhado ao Ministério da Transparência

Em cerimônia no Palácio do Planalto, dia 12 de dezembro, o presidente Michel Temer e o ministro Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), lançaram o selo Agro+ Integridade e firmaram o Pacto pela Integridade com empresas e entidades do agronegócio representadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“Hoje damos outro passo para aprimorar o ambiente institucional do agronegócio e torná-lo ainda mais eficiente”, disse o presidente em seu discurso.

O Selo Agro Mais Integridade é o prêmio de reconhecimento às empresas que adotam práticas de governança e gestão (*compliance*) capazes de evitar desvios de conduta e de fazer cumprir a legislação, em especial, a Lei Anticorrupção (Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013).

O Pacto pela Integridade representa compromisso na implementação de políticas internas, procedimentos e regras anticorrupção. O pacto visa ainda o envolvimento de toda a sociedade a fim de que atos ilícitos sejam impedidos e repudiados por todos, e não só pela autoridade pública.

Essas iniciativas são desdobramentos do Plano Agro Mais, lançado pelo Ministro Blairo Maggi em agosto de 2016, com o objetivo de melhorar o fluxo de informações, implementar a desburocratização, a simplificação de normas e modernização de operações do agronegócio brasileiro. Já em 2017, o Agro+ concluiu 830 ações que contribuíram para agilizar as atividades do setor.

O ministro Blairo Maggi destacou que o Agro Mais Integridade “é um instrumento novo de gestão, que abre cada vez mais o mercado do Brasil para que seja reconhecido pela sua agricultura e pela sua pecuária, pelo desenvolvimento na área da pesquisa nesses setores”.

A importância do agronegócio foi lembrada por Maggi, destacando que o solo brasileiro produz mais do que a safra de grãos (226 milhões de toneladas estimada atualmente). “O total chega a 1,6 bilhão de toneladas, quando incluímos café, eucalipto, vegetais, verduras, frutas. Tudo o que plantamos é colhemos é mais do que o retirado em minério, 1,4 bilhão de toneladas”.

### **Integridade**

O Mapa foi o primeiro Ministério a implementar um programa alinhado ao Programa de Fomento à Integridade do Governo Federal (Profip) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. Com a medida, melhoraram os processos internos voltados para o tema integridade e fundamentou-se essa cultura no Mapa. A participação de empresas - o que está sendo incentivado com o selo -, passa a ser imprescindível para a disseminação de uma nova ética concorrencial no ambiente do agronegócio.

O Comitê Gestor, que está sendo formado, será responsável por reconhecer e homologar o uso do Selo Agro Mais. Já são integrantes o Ministério da Transparência, a CNA, a Embrapa, o Instituto Ethos e a Associação Brasileira de Empresas Limpas. Estão em andamento tratativas para que a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a B3 (Brasil, Bolsa, Balão - Bolsas de Valores) também integrem o comitê.

As inscrições para as empresas obterem o selo serão abertas a partir de 1º de fevereiro de 2018 e encerradas em 31 de maio. O resultado será homologado até o final de setembro e a premiação ocorrerá no dia 17 de Outubro.

A empresa premiada poderá usar o Selo Agro Mais Integridade, anualmente, nos seus produtos, sites comerciais, propagandas e publicações. “Os clientes estão cada vez mais exigentes e as empresas precisam se adequar. Portanto, esse selo, nós entendemos que, muito em breve, passará a ser exigido no Brasil, pelo consumidor interno, e pelo mundo, em países que compram os produtos do agro brasileiro”, observou Eumar Novacki, secretário-executivo do Mapa.

**Requisitos**

A empresa precisa comprovar que adota programa de *compliance* específico com código de ética e conduta, que possui canais de denúncia e realiza treinamentos voltados para mudança da cultura organizacional e, ainda, que atua com responsabilidade social e ambiental.

Na comprovação de ações de responsabilidade social, a empresa precisa estar atualizada com suas obrigações trabalhistas, o que inclui: certidão de regularidade de FGTS; certidão negativa do INSS e de débitos trabalhistas; nada consta de multas decorrentes de infrações trabalhistas ocorridas nos últimos 12 meses, além de não constar na lista suja do trabalho escravo e infantil, ou em situação análoga, no Ministério do Trabalho.

Também não pode constar da lista de estabelecimentos que incorreram em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo, gerenciada pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa.

Ações de responsabilidade ambiental devem ser comprovadas pela implantação de programa com foco ambiental, com ações efetivas de boas práticas agrícolas e enquadramento nas diretrizes do Programa ABC (de redução na emissão de gás carbônico) ou em uma das metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. É necessário também o nada consta da Justiça Federal em relação a crimes ambientais e de multas decorrentes de infrações ambientais, pelo Ibama, relativo aos últimos 12 meses.

**4. Sindicatos e órgãos regulamentadores****a) diferenças entre conselho, associação e sindicato:**

É necessário entender as funções de cada organismo, pois assim você terá como saber onde resolver o seu problema. Não é todo técnico em agronegócios ou agropecuária que tem conhecimento da diferença entre Conselho, Associação e Sindicato. Isso faz com que o engano ocorra com frequência. Abaixo, veja as atividades dos Conselhos, Associações, Sindicatos e tire as suas dúvidas sobre o assunto:

**Conselho:** Os chamados Conselhos Regionais foram criados para regular, orientar e fiscalizar a atividade profissional. São entidades fiscalizadas pelo Conselho Federal, órgão hierarquicamente superior: dele emanam resoluções para os regionais. Cabe a ele julgar em grau de último recurso procedimentos éticos e administrativos. Os conselhos regionais têm seu espaço de atuação delimitado por leis constitucionais. Muitas vezes, estão impedidos legalmente de fazer mais pela profissão, senão estarão invadindo a área de outras instituições, como Associações e Sindicatos.

**Associação:** Pessoa jurídica de direito privado, responsável por congregar os profissionais de determinada área, visando atualização e aprimoramento profissional, através da promoção de eventos, cursos, vendas de publicações da área, criação de grupos de trabalho por áreas, etc. Também atua na divulgação da profissão, visando abrir vagas no mercado de trabalho, podendo disponibilizar bancos de currículos e divulgar vagas.

Elas possuem cunho científico e o objetivo de reciclar os conhecimentos, atualizando os mesmos diante de uma sociedade que exige cada vez mais qualidade, especialização, excelência e competência.

**Sindicato:** Pessoa jurídica de direito privado, que tem sua ação voltada para as questões referentes à relação de trabalho, tais como salário, horas extras, insalubridade, acordos e dissídios coletivos, etc. Entidade constituída para fins de proteção, estudo e defesa de interesses comuns.



Os profissionais podem se associar livremente. Tem as prerrogativas de representante legal da categoria perante os três níveis de governo e junto ao Poder Judiciário. Faz todo ano negociações salariais com os sindicatos e federações patronais. Ingressa anualmente na Justiça do Trabalho com o dissídio coletivo da categoria, que fixa o percentual de reajuste dos salários, piso salarial e demais benefícios.

### **b) Sindicalização, por que e para que?**

A Sindicalização é importante para representar e lutar por direitos e melhorias em segmentos específicos de trabalho, a exemplo o sindicato dos agricultores rurais de um município, Sindicato dos Trabalhadores Avicultura Estado do Ceará. E o Sindicato serve para:

- Defender direitos do trabalhador, lutar por condições dignas de trabalho e pela ampliação do mercado de trabalho;
- Negociar as reivindicações das categorias junto aos empregadores públicos e privados e lutar, na esfera do poder público, pela aprovação de projetos de lei que beneficiem a classe trabalhadora;
- Na implantação do banco de horas, fazer com que a empresa se submeta às regras instituídas através da Convenção Coletiva de Trabalho, negociada pelo sindicato, para proteger os direitos dos trabalhadores;
- Negociar e assinar a Participação nos Lucros e Resultados, que só pode ser negociada e assinada pelo Sindicato, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho;
- Entre outros.

Quando você se sindicaliza, você está ajudando principalmente a fortalecer a categoria nas negociações entre Empregado X Patronal, que é o que realmente importa! Ser sindicalizado significa também poder defender seus direitos e reivindicar melhores condições de vida e de trabalho para toda sua categoria.

Uma categoria forte e unida faz com que o Sindicato tenha condições de lutar por mais e melhores benefícios numa negociação, assim como manter os benefícios já existentes.

Para que um Sindicato seja forte e tenha mais poder, é necessário que um número crescente de trabalhadores sejam sindicalizados, assumindo também o papel de sustentar e apoiar essa luta. A união no sindicato torna a luta coesa e mais fácil. Cada trabalhador é o elo de uma corrente construída fraternalmente, com interesses em comum.

### **Mas para que serve a mensalidade?**

O Sindicato utiliza o valor da mensalidade para custear suas instalações e também suas atividades sindicais, como negociações da CCT. Um Sindicato pode, através do valor recebido pelos associados, investir em cursos de capacitação e formação para o trabalhador e seus dependentes legais e também projetos habitacionais, entre diversos outros, de acordo com sua receita.

### **A não sindicalização e oposição**

Quando um trabalhador faz oposição à entidade Sindical que o representa, ele não está apenas economizando alguns míseros reais. Ele está dizendo NÃO para a CCT, para o reajuste salarial, para o ticket alimentação, para o auxílio creche, para o quinquênio e para todos os outros benefícios que o Sindicato conquistou. Ele está enfraquecendo sua própria categoria. Esse é o trabalhador responsável por perdas de benefícios já conquistados, por reajustes salariais baixos e pela falta de poder nas negociações.

A não adesão e oposição sindical estão há tempos inviabilizando investimentos e projetos para o trabalhador em cooperativa médica na área da saúde, educação, formação do trabalhador e habitação.

### **c) Contribuição sindical**

A contribuição sindical segundo os artigos 149 da Constituição Federal, 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e 217, inciso I do Código Tributário Nacional; - A importância da contribuição sindical corresponde à remuneração de 1 (um) dia de trabalho no mês de Março, pagamento até o dia 30 de abril, ou em qualquer época do ano que o assalariado(a) rural tenha sido contratado. - Cálculos e lançamento a cargo do empregador rural conforme artigo 582 da CLT, conforme determina o artigo 600 da CLT; - O não recolhimento da contribuição implicará em fiscalização por parte da SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e nas penalidades cabíveis;

### **c) Direitos e obrigações**

De um modo geral os sindicatos quanto aos direitos e obrigações seguem o que estabelece a constituição, e no geral é acrescentado apenas características específicas de cada setor. Por tanto é bordado aqui de um modo geral os direitos constitucionais do trabalhador.

### **Alguns direitos constitucionais do trabalhador**

Conforme a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- Fundo de garantia do tempo de serviço(FGTS);
- Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

- Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

### **Trabalhadores domésticos – direitos assegurados**

São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos tópicos 4, 6, 7, 15, 17, 18, 19, 21 e 24, bem como a sua integração à previdência social.

A partir de 20.07.2006 é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, conforme art. 4º da Lei 11.324/2006, que implementou o art. 4-A na Lei 5.859/1972. Base: art. 7 da Constituição Federal/1988 e os citados no texto.

d) Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRT,

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego é vinculada ao Ministério do Trabalho e apresenta como **Atribuições:** executar, supervisionar e monitorar as ações relacionadas a políticas públicas afetas ao Ministério do Trabalho na sua área de jurisdição, especialmente as de fomento ao trabalho, ao emprego e à renda. No que diz respeito ao Sistema Público de Emprego (Sine), há fiscalização do trabalho, mediação e arbitragem em negociação coletiva, melhoria nas relações de trabalho, de orientação e apoio ao cidadão.

**Municípios cearenses com agências:** Aracati, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Quixeramobim, Russas, São Gonçalo do Amarante, Sobral e Várzea Alegre.

e) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

No Ceará o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia tem a seguinte organização básica:

#### **I - Plenário**

Órgão máximo diretivo e deliberativo, é constituído por conselheiros, na qualidade de profissionais representantes diretos das entidades de classe, faculdades, escolas, centros e cursos de engenharia e agronomia, sob a presidência de um profissional eleito diretamente pelos profissionais vinculados ao sistema CONFEA/CREAs.

#### **II - Câmaras especializadas**

São instâncias do CREA-CE encarregadas de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização, pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações ao código de ética. São formadas por, no mínimo, 03 (três) conselheiros de um grupo profissional e 01 (um) conselheiro de um grupo profissional diferente, representante das demais categorias. Suas sessões necessitam de um quórum mínimo de 03 (três) conselheiros.

### III - Presidência

Parte integrante do Conselho, é exercida por profissional brasileiro, diplomado em curso superior de engenharia, agronomia, geografia, geologia ou meteorologia, com currículo pleno e legalmente habilitado. É eleito diretamente por profissionais registrados no sistema, e em dia com as suas anuidades. O mandato do presidente do CREA-CE é de 03 (três) anos, e se extingue no dia 31 de dezembro.

### IV - Diretoria

A diretoria do CREA-CE funciona como órgão auxiliar da presidência, é composta por conselheiros e eleita na primeira quinzena de cada ano, em sessão especial do plenário. Atualmente, tem a seguinte composição: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro

### V - Inspetorias regionais

As Inspetorias do CREA-CE fazem parte da organização básica do Conselho e funcionam como órgãos auxiliares da presidência, criadas para uma maior eficiência da fiscalização, em cidades ou zonas que se fizerem necessárias, a juízo do plenário.



### VI - Comissões

As comissões do CREA-CE são parte integrante da organização básica e funcionam como órgãos auxiliares da presidência. Podem ser permanentes ou temporárias e são constituídas por membros escolhidos pelo plenário. Suas deliberações são encaminhadas pelo presidente ao plenário para apreciação.

#### f) Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

O Confea surgiu oficialmente com esse nome em 11 de dezembro de 1933, por meio do Decreto nº 23.569, promulgado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas e considerado marco na história da regulamentação profissional e técnica no Brasil.

Em sua concepção atual, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia é regido pela Lei 5.194 de 1966, e representa também os geógrafos, geólogos, meteorologistas, tecnólogos dessas modalidades, técnicos industriais e agrícolas e suas especializações, num total de centenas de títulos profissionais.

O Confea zela pelos interesses sociais e humanos de toda a sociedade e, com base nisso, regulamenta e fiscaliza o exercício profissional dos que atuam nas áreas que representa, tendo ainda como referência o respeito ao cidadão e à natureza.

Em seus cadastros, o Sistema Confea/Crea tem registrados cerca de um milhão de profissionais que respondem por fatia considerável do PIB brasileiro, e movimentam um mercado de trabalho cada vez mais acirrado e exigente nas especializações e conhecimentos da tecnologia, alimentada intensamente pelas descobertas técnicas e científicas do homem.

O Conselho Federal é a instância máxima à qual um profissional pode recorrer no que se refere ao regulamento do exercício profissional.

## A importância da organização sindical dos trabalhadores

Os sindicatos são organizações de representação dos interesses dos trabalhadores, criadas para compensar o poder dos empregadores na relação contratual sempre desigual e reconhecidamente conflituosa entre capital e trabalho. Nasceram na primeira metade do século XIX, como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo.

Ao final do século XIX, os sindicatos obtiveram reconhecimento institucional nos principais países industrializados. Desde então, têm exercido papel fundamental na organização da classe trabalhadora para a luta por uma sociedade justa e democrática, pressionando pela ampliação dos limites dos direitos individuais e coletivos ainda hoje estreitos em muitos países, entre os quais o Brasil.

Os sindicatos nascem como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo

Um dos marcos do reconhecimento da importância das organizações sindicais ocorreu em 1919, logo após a 1ª Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações, entidade tripartite que deu origem à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos documentos e convenções da OIT, são reconhecidos o direito de sindicalização, o direito de negociação coletiva e o direito de greve, instrumentos de afirmação dos interesses dos trabalhadores e do poder sindical. Também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, reconhece esse direito fundamental no Artigo 23, que estabelece: “Toda pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses”.

São resultado da ação organizada dos trabalhadores importantes avanços sociais, entre os quais se destaca a redução gradual da jornada de trabalho, de um total de até 16 horas, no século XVIII, para as atuais 8 horas ou menos, na maioria dos países.

As experiências vividas pelos países nórdicos e da Europa Ocidental, onde se atingiu o patamar civilizatório mais desenvolvido no sistema capitalista, resultaram de lutas e negociações entre sindicatos, entidades representativas de empregadores e governos, evidenciando que uma dimensão indispensável da democracia é a existência de um Sistema de Relações de Trabalho democrático, tanto mais avançado e duradouro quando constituído por agentes legítimos e representativos.

Uma dimensão indispensável da democracia é a existência de um Sistema de Relações de Trabalho democrático

No Brasil, os sindicatos são atores sociais que reivindicam e organizam a classe trabalhadora no contexto de uma democracia representativa e também participativa, como previsto na Constituição Federal de 1988.

Nas últimas décadas, o Movimento Sindical brasileiro, além da organização e defesa dos direitos da classe trabalhadora, tem exercido um importante papel na vida política nacional. Destaca-se sua atuação no combate à ditadura e na luta pela redemocratização do país, nas campanhas pela anistia, pelas eleições diretas para presidente da República e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A atuação dos sindicatos nos Comitês Pró-Participação Popular na Constituinte contribuiu decisivamente para que a Constituição de 1988 reservasse todo o Artigo 7º, com 34 incisos, aos direitos dos trabalhadores, ali reconhecidos como fundamentais.

A atuação dos sindicatos contribuiu decisivamente para que a Constituição de 1988 reservasse todo o Artigo 7º aos direitos dos trabalhadores

#### Características das entidades sindicais no Brasil

Segundo o CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais), existem em 2015, no Brasil, 11.173 entidades sindicais representativas de trabalhadores, presentes em todas as unidades da Federação (Tabela 1). Estima-se, de acordo com dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), que cerca de 50 milhões de trabalhadores são representados por essas entidades.

**TABELA 1**  
**Distribuição das entidades sindicais laborais**  
**segundo regiões geográficas e unidades da Federação**  
**Brasil – 2015**

Região / UF	Total	
	nº	%
<b>Norte</b>	<b>745</b>	<b>6,7</b>
Pará	295	2,6
Amazonas	152	1,4
Rondônia	110	1,0
Tocantins	73	0,7
Amapá	44	0,4
Acre	36	0,3
Roraima	35	0,3
<b>Nordeste</b>	<b>2.966</b>	<b>26,5</b>
Bahia	557	5,0
Ceará	436	3,9
Pernambuco	400	3,6
Paraíba	339	3,0
Maranhão	335	3,0
Piauí	272	2,4
Rio Grande do Norte	235	2,1
Sergipe	200	1,8
Alagoas	192	1,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.106</b>	<b>9,9</b>
Goiás	346	3,1
Mato Grosso do Sul	304	2,7
Mato Grosso	261	2,3
Distrito Federal	195	1,7
<b>Sudeste</b>	<b>3.715</b>	<b>33,2</b>
São Paulo	1.720	15,4
Minas Gerais	1.185	10,6
Rio de Janeiro	578	5,2
Espírito Santo	232	2,1
<b>Sul</b>	<b>2.641</b>	<b>23,6</b>
Rio Grande do Sul	1.077	9,6
Paraná	835	7,5
Santa Catarina	729	6,5
<b>TOTAL</b>	<b>11.173</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE. CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais Elaboração: DIEESE

Mais de oito mil entidades sindicais representam trabalhadores urbanos e quase três mil abrangem trabalhadores rurais.

**TABELA 2**  
**Distribuição das entidades sindicais laborais segundo área geoeconômica**  
**Brasil - 2015**

Área Geoeconômica	Total	
	nº	%
Urbana	8.324	74,5
Rural	2.849	25,5
<b>Total</b>	<b>11.173</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TEM. CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais

### **Direitos dos trabalhadores e negociação coletiva**

Uma das principais atribuições das entidades sindicais é a prática de negociações coletivas, que asseguram aos trabalhadores por elas representados a possibilidade de ampliar direitos garantidos por lei e adquirir novas conquistas. A própria legislação trabalhista, muitas vezes, promove a extensão a todos os assalariados de direitos antes restritos a algumas categorias de trabalhadores, que os haviam conquistado em negociações coletivas específicas. São os casos, entre outros, do 13º salário, inicialmente negociado como “Abono Natalício” e estendido a todos os trabalhadores em 19621, e de direitos inscritos na Constituição de 1988: redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; elevação do percentual de remuneração da hora extra para 50%; ampliação da licença-maternidade para 120 dias; criação da licença paternidade de cinco dias; e do adicional de 1/3 sobre a remuneração das férias. Em outro capítulo da Carta Magna, foi estendido aos servidores públicos o direito de sindicalização e de greve, que, na prática, já eram exercidos por esses trabalhadores.

**As negociações coletivas ampliam direitos garantidos por lei e avançam em novas conquistas para os trabalhadores** A Constituição de 1988 reforça a atribuição negocial dos sindicatos, quando dispõe sobre o “Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho” (Inciso XXVI), instrumentos já existentes desde os anos 1940, que adquiriram maior relevância a partir do final dos anos 1970, com a retomada dos movimentos grevistas e o fortalecimento das negociações diretas entre sindicatos e empresas ou organizações patronais, ainda no período ditatorial. A atuação dos sindicatos ganha relevância incontestável quando se observa a diversificada gama de temas e itens negociados e direitos inscritos nos Acordos e Convenções Coletivas. Anualmente, dezenas de milhões de trabalhadores formalmente contratados têm suas condições de trabalho e remuneração renovadas pela atuação de suas entidades representativas, em negociações diretas muitas vezes duras com as empresas ou com suas representações setoriais. Nesse sentido, para que os trabalhadores, como parte estruturalmente mais fraca na relação capital-trabalho, tenham chances de sucesso nos processos negociais, suas entidades representativas precisam dispor de recursos-políticos e financeiros - para se contraporem ao poder das corporações empresariais.

**As entidades representativas de trabalhadores precisam dispor de recursos - políticos e financeiros - para se contraporem ao poder das corporações empresariais** O fortalecimento da negociação coletiva no Brasil tem resultado no aumento do número de instrumentos firmados entre sindicatos e entidades patronais. Entre 2007 e 2015, foram registrados no Mediador - sistema criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para depósito de acordos e convenções coletivas de trabalho - cerca de 44 mil convenções e aproximadamente 238 mil acordos, firmados por cerca de 55% das entidades sindicais cadastradas no CNES (6.121 das 11.173). Nesses oito anos, do total de entidades representativas de trabalhadores urbanos do setor privado, quase 90% (4.354 em 4.950) depositaram no Mediador algum tipo de instrumento que dispõe sobre os mais diversos aspectos das relações de trabalho de categorias profissionais específicas. Para dar ideia da diversidade de questões tratadas nesses documentos, são apresentados na Tabela 3 os grupos temáticos presentes nas mais de seis mil



Convenções Coletivas de Trabalho vigentes em 2014 e as garantias mais frequentemente negociadas em cada um desses grupos, além do número e do percentual de documentos em que aparecem.

## 5. Perspectivas da profissão

### O que esperar da profissão de tecnólogo em agronegócio?

Tanto direta quanto indiretamente, todas as atividades envolvidas com a agricultura e com a pecuária formam negócios. É aí que surge o agronegócio, um amplo e complexo sistema que inclui as atividades internas, aquelas realizadas na propriedade rural, e as atividades externas, aquelas feitas fora da propriedade rural e que englobam a distribuição, armazenamento e comercialização dos produtos e insumos agrícolas.

De acordo com a Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos, o conceito de agronegócio nasce na Universidade de Harvard, com a expressão *agribusiness*, em 1995. Assim, o agronegócio é toda e qualquer relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

Na prática, no Brasil, este é um dos principais mercados do país. De acordo com a Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI), apenas em setembro de 2015, o setor do agronegócio exportou US\$ 7,24 bilhões, principalmente por meio da produção de carne bovina, de frango e dos trabalhos do complexo sucroalcooleiro (soja, produtos florestais e café).

Respondendo por cerca de 100 bilhões de dólares em exportações brasileiras anuais, ainda de acordo com a SRI, fornecedores de bens e serviços para agricultura, produtos rurais, processadores, transformadores e distribuidores, envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao produto final, integram o ramo do agronegócio.

Para lidar com um mercado tão competitivo e estratégico para a economia mundial, o curso superior de tecnologia em agronegócio capacita os profissionais a gerenciarem empreendimentos agroindustriais. Mas, além de atuar em um dos principais ramos da economia, o que se pode esperar da profissão de tecnólogo em gestão do agronegócio?

### Mercado profissional e profissionalização

No dia a dia, o profissional de agronegócio lida com as diversas etapas do mundo da agricultura e da agropecuária, tendo o contato com pequenos produtores rurais e grandes empresas revendedoras, durante a rotina de trabalho. Assim, ele pode atuar em diversas áreas, como engenharia rural, engenharia florestal, agricultura, ciências do solo, zootecnia, construções rurais, agrimensura, máquinas agrícolas, irrigação e drenagem, culturas e seu manejo, solos, adubação, nutrição de plantas, dentre outras possibilidades de trabalho.

Enquanto peça fundamental para a manutenção e avanço da agricultura e da pecuária, o tecnólogo em gestão do agronegócio tem as perspectivas de atuar em fazendas, base da cadeia de produção; no processamento industrial, em indústrias de produtos alimentícios, por exemplo; e na comercialização dos produtos agroindustriais, fase final da cadeia do agronegócio. Assim, o profissional da área pode se especializar em três principais campos: administração de fazendas, consultoria agrícola e gestor de produção.

Como o Brasil é um dos principais produtores mundiais de café, açúcar, álcool, frutas tropicais, soja, carne de frango, carne de boi e biocombustíveis, os profissionais de agronegócio encontram oportunidades em todo o país, não havendo uma concentração das vagas em uma única região, como costuma ocorrer em alguns setores.

Segundo o Ministério da Agricultura, há projeções de crescimento em todas as áreas do agronegócio até 2022, devido ao aumento da produtividade nas zonas rurais do país. Para garantir que a expansão

ocorra – e se mantenha – os tecnólogos em gestão do agronegócio são necessários para atuarem desde a produção, gestão, distribuição até o processamento dos produtos do campo.

Portanto, mesmo sendo uma formação recente, os profissionais tecnólogos em gestão do agronegócio podem esperar um cenário de expansão para a agricultura e para a pecuária, bem como de necessidade de mão de obra qualificada para a gestão.

#### b) Perspectivas mercadológicas

Hoje, o agronegócio ocupa quase 30% do território brasileiro e a sua produção tem tudo para aumentar, devido à inserção de novas técnicas de cultivo, melhorias do controle de pragas e adequação da produção animal a um manejo sustentável. Estas são algumas das atitudes que a tecnologia e o resultado de pesquisas trazem para nortear o caminho do produtor rural.

Dentre as técnicas que, pouco a pouco, vem sendo difundidas e têm tudo para crescer e se tornar rotina na vida do produtor rural está a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que possibilita a criação de gado em áreas com árvores. É a bovinocultura caminhando para a sustentabilidade.

Outro ponto que é tendência para o agronegócio é o acesso a recursos no mercado internacional. Para isso, o setor de gestão deve ser treinado e qualificado, pois só conquistará a confiança internacional a empresa que passar uma imagem sólida e eficiente. Mais uma vez, os profissionais de agronegócio são muito requisitados nesse processo.

#### **Desafios do setor**

Ultimamente, há um assunto amplamente divulgado no país: a falta de água. Mas, qual o papel do agronegócio nisso?

O consumo de água é muito alto em vários setores, como por exemplo, na irrigação de grãos, frutas e demais plantações. Há também o gasto na produção animal com higienização do ambiente, consumo e depois no abatedouro e no beneficiamento dos produtos. Com isso, o uso da água de maneira consciente é algo que precisa ser aplicado no setor, além de alternativas viáveis como o sistema de plantio direto que ajuda a reabastecer os lençóis freáticos ao aumentar a infiltração de água no solo.

É necessário também se adaptar às variações climáticas para não correr riscos de perder toda a plantação devido à seca, excesso de chuvas ou até geadas. Outro ponto de extrema importância que precisa ser aperfeiçoado pelos profissionais do setor do agronegócio é quanto ao desperdício do que é produzido. De acordo com a FAO, aproximadamente 30% dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados. Grande parte deles é perdida no transporte.

Para que esse cenário mude e seja aproveitado da melhor maneira possível, a necessidade de profissionais qualificados para gerir o setor do agronegócio é necessária. Você está preparado para esse desafio?

#### c) O Cenário do quadro nacional

Todos que trabalham ou possuem alguma ligação com o Agronegócio Brasileiro sabem das dimensões e importância deste setor para a economia nacional e para o mundo, quando falamos em capacidade de produção de alimentos.

A agricultura brasileira vem evoluindo a passos largos nos últimos anos. Na década de 2000, o crescimento da produção de grãos foi de 61% passando de 92 milhões de toneladas na safra 2000/01 para 162 milhões na safra 2010/11. O crescimento é reflexo do aumento de área cultivada e também dos ganhos em produtividade, que cresceu 34% no período devido aos altos investimentos em pesquisas para novos cultivares mais produtivos e produtos mais eficazes.

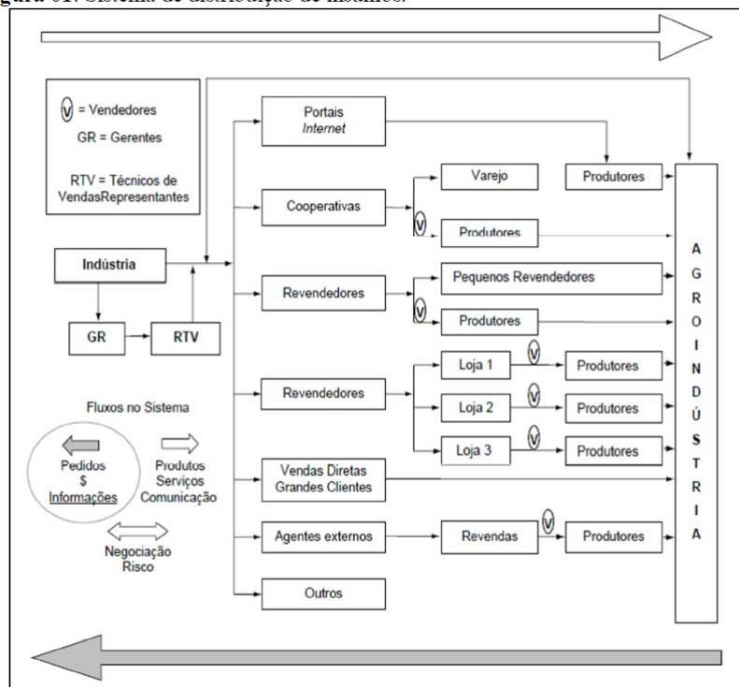
Com todo este desenvolvimento, o setor precisa contar com uma estrutura de canais de distribuição para colocar os insumos às mãos dos usuários finais que, neste caso, são os produtores rurais. Neste setor, uma revenda agropecuária é o intermediário que disponibiliza, aos consumidores rurais, os insumos para a produção agrícola e pecuária.

Num país de amplas extensões como o Brasil, que conta com 5.560 municípios nos quais estão distribuídos mais de 7 milhões de produtores rurais, fica clara a pulverização do mercado, demandando das empresas fornecedoras a capilarização de seus canais de distribuição para que os produtos cheguem às mãos dos usuários finais. Atualmente, para atender esse público, estima-se a existência de cerca de 9 mil pontos de venda que movimentam em torno de R\$ 30 bilhões na comercialização dos insumos agropecuários e produtos, que abastecem as propriedades brasileiras.

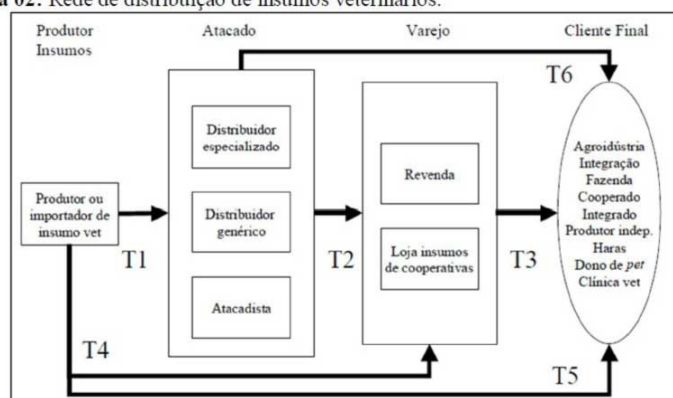
### A Distribuição de Insumos no Brasil

O desenvolvimento do agronegócio brasileiro está sendo acompanhado por diversas transformações tanto no setor como também na distribuição de insumos agrícolas. Para entendermos como funciona o sistema de distribuição de insumos no Brasil, precisamos analisar como funciona a cadeia. Desde a indústria até a agroindústria, como mostram as figuras 1 e 2 abaixo:

**Figura 01:** Sistema de distribuição de insumos.



**Fonte:** Neves e Castro (2003, apud Teixeira; Neves; Scare, 2004).

**Figura 02:** Rede de distribuição de insumos veterinários.

Fonte: Waak e Moraes (1999).

A figura mostra também onde a força de vendas está presente na relação entre a indústria de insumos e o produtor rural, partindo de uma estrutura de canais de distribuição que é a mais usada pela indústria de insumos. Na maior parte das vezes estes canais são: as cooperativas, os revendedores (revendas, que atendem outros pequenos revendedores e produtores), revendedores que possuem diversas lojas de insumos agropecuários, grandes clientes através de vendas diretas, agentes externos, os portais da internet e outros canais menos comuns.

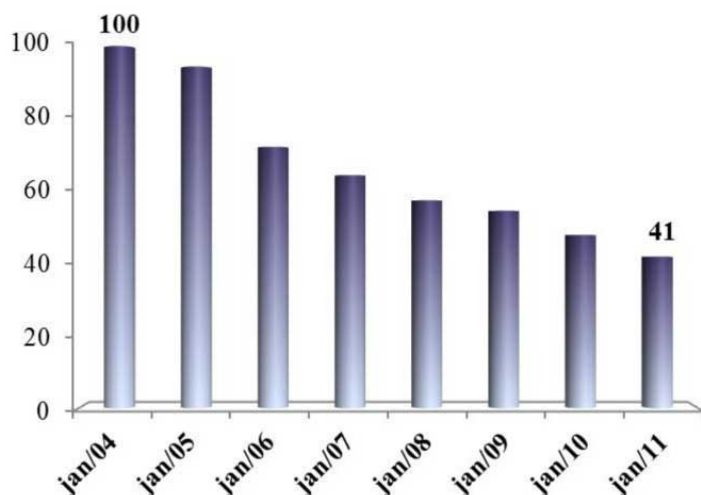
O desenvolvimento do agronegócio brasileiro está sendo acompanhado por diversas transformações na distribuição de insumos agrícolas.

Segundo informações da ANDAV (2008), o setor de distribuição de insumos está sofrendo um processo de consolidação. Entre 2002 e 2008 o número de revendas reduziu-se em 15%, passando de cerca de 8.000 distribuidores para menos de 7.000 em 2008. A redução do número de distribuidores não significa que o setor perdeu importância, pelo contrário, entre 2001 e 2010 o volume de defensivos e fertilizantes comercializado cresceu 141% e 44%, respectivamente.

A redução do número de distribuidores de insumos agrícolas e o crescimento do volume de insumos comercializados são fatores que evidenciam que os distribuidores estão se tornando maiores, sendo cada vez mais comum o processo de fusão ou aquisição entre as empresas, provocando uma concentração no setor.

Outra evidência de transformação no campo é a “comoditização” dos insumos, principalmente defensivos e fertilizantes. O Gráfico 1 apresenta a evolução média dos preços dos defensivos agrícolas entre 2004 e 2011 no estado de São Paulo para uma cesta de 22 produtos, dentre eles, herbicidas, inseticidas e fungicidas (ano base 2004).

Gráfico 1 - Evolução dos preços dos defensivos agrícolas entre 2004 e 2011 em São Paulo.



Fonte: IEA (2011)/Elaborado pelos autores

Para se adaptar às mudanças que vem sendo impostas pelo mercado, os canais de distribuição vem se profissionalizando nos três principais pilares de gestão: financeiro e administrativo, recursos humanos e sucessão familiar, e comercial e gestão de clientes (CRM). Entretanto, os canais ainda necessitam de um planejamento estratégico para definir as diretrizes que devem seguir diante das mudanças do setor de distribuição de insumos no médio e longo prazo. Nestes planejamentos, afim de que os canais atinjam os seus objetivos, devem ser definidos: alocação de recursos financeiros (investimentos) e humanos (pessoas), estratégias comerciais, parcerias, entre diversas outras ações.

**Bibliografia:**

ANUÁRIO DO CEARA 2017 – 2018. ORGÃOS E EMPRESAS FEDERAIS: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Disponível em:  
<<http://www.anuariodoceara.com.br/perfis/superintendencia-regional-do-trabalho-e-emprego-srt/>>, acesso em 11 de junho de 2018.

CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL. Disponível em:<  
[http://primeaction.com/agronegocios/cenario\\_do\\_agronegocio\\_no\\_brasil](http://primeaction.com/agronegocios/cenario_do_agronegocio_no_brasil)>. Acesso em 14 de maio de 018.

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, CONFEA – HISTORIA, Disponível em  
<<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=917>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988. art. 7 da Disponível em:  
<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#>>., Acesso em 11 de junho de 2018.

CORREIO O POVO, **Exportações do agronegócio crescem 4,1% até março de 2018. Disponível em <  
<http://www.jornalatualidades.net/exportacoes-do-agronegocio-crescem-41-ate-marco-de-2018-2/>**  
**>. Acesso em 15 de abril de 2018.**

CREA – CE, Organização Básica do Conselho, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, 2018, Disponível em <<http://www.creace.org.br/interna.asp?p=7b0210ec2b351c192b351c19fda4ba10>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

CREFITO 16 - VEJA A DIFERENÇA ENTRE CONSELHO, ASSOCIAÇÃO E SINDICATO. Disponível em:  
<<http://crefito16.gov.br/site/index.php/2016/02/02/veja-a-diferenca-entre-conselho-associacao-e-sindicato/>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, **A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES, NOTA TÉCNICA, Número 151, Novembro de 2015.**

GUIA DO ESTUDANTE, 8 maio 2012, 12h05 - Atualizado em 2 maio 2018, 01h09, EDITORA ABRIL, Disponível em  
<<https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/agronegocios-e-agropecuaria/>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

LOURENÇO, Carlos y LIMA, Barbosa de: *"Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas"* em Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 118, 2009.

**LOURENÇO, Joaquim Carlos, LIMA César Emanuel Barbosa de. EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS** Disponível em:  
<<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/09/clbl.htm>>

MERCADO EM FOCO, Quais as perspectivas para o setor do agronegócio? Disponível em: <<http://mercadoemfoco.unisul.br/quais-as-perspectivas-para-o-setor-do-agronegocio/>>. Acesso em 11 de junho de 2018.

MERCADO EM FOCO. O que esperar do Agronegócio. Disponível em: <<http://mercadoemfoco.unisul.br/o-que-esperar-da-profissao-de-tecnologo-em-agronegocio/>>. Acesso em 14 de junho de 2018.

**O SIGNIFICADO DE DIREITO:** Direito. Disponível em <<https://www.significados.com.br/direito/>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "O que é ética?"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-que-etica.htm>>. Acesso em 13 de junho de 2018.





## Hino Nacional

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heróico o brado retumbante,  
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,  
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte,  
Em teu seio, ó liberdade,  
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido  
De amor e de esperança à terra desce,  
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,  
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!  
Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada, Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra, mais garrida,  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
"Nossos bosques têm mais vida",  
"Nossa vida" no teu seio "mais amores."

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro dessa flâmula  
- "Paz no futuro e glória no passado."

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!  
Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada, Brasil!

## Hino do Estado do Ceará

Poesia de Thomaz Lopes  
Música de Alberto Nepomuceno  
Terra do sol, do amor, terra da luz!  
Soa o clarim que tua glória conta!  
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta  
Em clarão que seduz!  
Nome que brilha esplêndido luzeiro  
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!  
Chuvas de prata rolem das estrelas...  
E despertando, deslumbrada, ao vê-las  
Ressoa a voz dos ninhos...  
Há de florar nas rosas e nos cravos  
Rubros o sangue ardente dos escravos.  
Seja teu verbo a voz do coração,  
Verbo de paz e amor do Sul ao Norte!  
Ruja teu peito em luta contra a morte,  
Acordando a amplidão.  
Peito que deu alívio a quem sofria  
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!  
Vento feliz conduza a vela ousada!  
Que importa que no seu barco seja um nada  
Na vastidão do oceano,  
Se à proa vão heróis e marinheiros  
E vão no peito corações guerreiros?

Se, nós te amamos, em aventuras e mágoas!  
Porque esse chão que embebe a água dos rios  
Há de florar em meses, nos estios  
E bosques, pelas águas!  
Selvas e rios, serras e florestas  
Brotem no solo em rumorosas festas!  
Abra-se ao vento o teu pendão natal  
Sobre as revoltas águas dos teus mares!  
E desfraldado diga aos céus e aos mares  
A vitória imortal!  
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,  
E foi na paz da cor das hóstias brancas!



**GOVERNO DO**  
**ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Educação*